



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Comissão Permanente de Licitação**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021**  
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2021**

**DECISÃO**

**I. Do Recurso**

Trata-se de recurso interposto por SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP, ora recorrente, em relação ao resultado do julgamento de habilitação do Processo Licitatório nº 030/2021, Concorrência Pública nº 003/2021, por meio do qual foi declarada a Inabilitação das licitantes SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP e ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, conforme registrado em ata de sessão pública lavrada no dia 17/09/2021.

O inconformismo da recorrente refere-se à decisão de sua inabilitação, declarada em virtude do descumprimento do requisito de habilitação previsto nos item 7.5.1, alínea 'd', do Edital (Qualificação Técnica).

Alega ter apresentado toda a documentação necessária à Habilitação no certame, sendo equivocada a decisão da CPL no sentido da inabilitação, a qual considerou não comprovada a execução de serviços com características semelhantes com o objeto da Licitação.

Aduz que *"No envelope de documentação da licitante a partir da folha 50 temos o CAT 1152/2008, que no item INFRAESTRUTURA, subitem 8 temos o serviço de 'Montagem e atirantamento de vigas pré-moldadas', sendo que este é exatamente o mesmo serviço solicitado (...)"*.

Sustenta que *"O CAT 1578/2009 descreve exatamente o objeto de 'Execução de Obras de fundação/infra estrutura do prédio destinado ao complexo trabalhista do TRT da 18ª região com estacas escavadas com lama betonítica (estacão) escavação de subsolo, blocos de coroamento em concreto armado e cortina de arrimo mista (concreto/metálica)"*, destacando que *"Inclusive neste CAT a partir do item 3.23 CORTINA DE ARRIMO MISTA CONCRETA/METÁLICA temos a descrição dos perfis metálicos (tirantes) utilizados na cortina de arrimo, conforme foi explicado preliminarmente"*.

Argumenta que *"O serviço de execução de 'cortina atirantada', exigido pelo Edital é exatamente o mesmo serviço descrito no CAT 1152/2008 'Montagem e atirantamento de vigas pré-moldadas', e ainda o objeto do CAT 1578/2009 'Cortina de arrimo mista' é o mesmo serviço que deve ser executado no Objeto da licitação, a única diferença no caso é a grafia dos serviços, mas possuem as mesmas características técnicas e complexidades do objeto licitado"*.

Conclui que a Inabilitação da Recorrente consistiria em excesso de formalismo, haja vista que a licitante tem capacidade de atender a demanda da licitação.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e declarada a Habilitação da empresa SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP, haja vista o atendimento integral aos requisitos de habilitação constantes do Edital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Comunicada acerca da interposição do recurso, via e-mail, em 23/09/2021, 16:13h (quinta-feira), o prazo para contrarrazões – 05 (cinco) dias úteis – iniciou-se em 24/09/2021 (sexta-feira), vindo a findar-se em 30/09/2021 (quinta-feira), sem que a única empresa concorrente, ECM – FUNDAÇÕES E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, apresentasse contrarrazões.

Em síntese, é o relatório.

#### II. Da admissibilidade

De acordo com o que se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 17/09/2021 (sexta-feira), com a divulgação do resultado da fase de habilitação no site do Município na data supracitada, e publicações no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação na data de 18/09/2021 (sábado), sendo esta a data considerada para fins de intimação, considerando o disposto no §1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e que no ato em que foi adotada a decisão não se encontravam presentes representantes de todas as licitantes.

Por consequência, o prazo recursal – 05 (cinco) dias úteis, nos termos do subitem 18.2 do Edital e art. 109, inciso I, alínea 'a', da Lei nº 8.666/93 – iniciou-se no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 20/09/2021 (segunda-feira), vindo a findar-se em 24/09/2021 (sexta-feira).

O recurso em apreço foi protocolizado no Setor de Licitações na data de 23/09/2021, 15:30h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

#### III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste na verificação do atendimento à exigência de habilitação prevista no item 7.5.1, alínea 'd', do Edital, pela Recorrente.

Dispõe o instrumento convocatório, em relação ao requisito cujo atendimento é questionado:

##### ***"7.5 - Os documentos relativos à qualificação técnica são:***

*7.5.1 - Para comprovar sua qualificação técnica a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:*

*(...)*

*d) Demonstração de que o profissional responsável técnico pela execução da obra executou obras de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto da presente licitação. A*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

demonstração será feita por atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços similares de construção civil, semelhantes ao objeto da licitação, que deverão estar, preferencialmente grifados, para melhor visualização quando da análise pela Comissão.” (destacamos)

Conforme consignado na ata da sessão pública, a conferência e análise dos documentos de qualificação técnica (item 7.5) foi realizada pelos membros da CPL com o assessoramento dos representantes técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Ana Luiza de Assis Rezende, CREA-MG 1417215712 e Sr. Breno Augusto de Rezende, CREA-MG 1409762904, que concluíram que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrente não comprovavam a experiência da licitante na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, em especial serviços específicos de execução de cortina atirantada, em desacordo com o item 7.5.1, alínea ‘d’, do Edital.

O escopo da qualificação técnica nos processos licitatórios é examinar a aptidão técnica do licitante, conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui plenos conhecimentos e condições técnicas para a execução do contrato, em caso de futura contratação.

Joel de Menezes Niebuhr, em Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, leciona que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo”.

Se por um lado a análise de qualificação técnica tem como finalidade examinar a aptidão técnica do licitante, não se deve olvidar, lado outro, de que o rigor exagerado na fixação das exigências pode restringir a competitividade do certame, pois quanto mais exigências, menor o número de pessoas aptas a cumpri-las. Justamente por isso, devem as exigências serem justificáveis de acordo os aspectos envolvidos na contratação, sob pena de restrição imotivada e ilegal do caráter competitivo.

A Lei de Licitações prevê como instrumento para aferição de qualificação técnica, a exigência de atestados de capacidade técnica que estão estipulados no artigo 30, inciso II (capacidade técnico-operacional) e § 1º, inciso I (capacidade técnico-profissional), da Lei n. 8.666.

Os atestados de capacidade consistem em meio de prova de que o licitante executou o objeto licitado em outra oportunidade e que tal execução foi a contento, assegurando à Administração licitadora que seu parceiro contratual possui expertise técnica.

Pois bem.

Reexaminando a documentação de habilitação, verifica-se que a SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA – EPP apresentou “Termo de Indicação e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

*Compromisso de Responsável Técnico*” (fl. 287), em conformidade com o item 7.5.1, alínea 'c', do Edital, por meio do qual o Sr. Gleydson Marinho Silva, CREA-GO 7361/D, é indicado para exercer a função de Responsável Técnico encarregado de acompanhar a execução dos serviços objeto da licitação, caso a empresa venha se sagrar vencedora do certame.

Por conseguinte, para atendimento ao item 7.5.1, alínea 'd', do Edital, verifica-se terem sido apresentados os seguintes atestados/Certidões de Acervo Técnico – CAT em nome do profissional supracitado:

- a) Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA-GO (CAT nº 1.578/2009), com o respectivo “*Atestado Técnico*”, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho – TRT da 18ª Região, e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (fls. 288, 289/291 e 292);
- b) Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA-GO (CAT nº 1.152/2008), com o respectivo “*Atestado Técnico*”, emitido pela Prefeitura Municipal de Trombas/GO, e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (fls. 293, 294/295 e 296); e,
- c) Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA-GO (CAT nº 735/2004), com o respectivo “*Atestado Técnico*”, emitido pela Prefeitura Municipal de Ceres/GO, e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (fls. 297, 298/300 e 301).

Nos termos do item 7.5.1, alínea 'd', do Edital, a demonstração de capacidade técnica deveria ser efetivada mediante apresentação de atestado (s) de responsabilidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, referente a execução de serviços similares de construção civil, semelhantes ao objeto da licitação.

O presente processo licitatório, processado sob a modalidade Concorrência Pública (CP nº 003/2021) tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia e/ou arquitetura para execução de contenção de encosta com cortina atirantada na Rua Barão de Suassuí, Bairro Santa Efigênia no Município de Conselheiro Lafaiete, conforme convênio nº 15.0073, de 13 de janeiro de 2015, e respectivos termos aditivos, celebrados entre o Município e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

O cerne do recurso consiste em análise de matéria eminentemente técnica, sendo imprescindível a solicitação de apoio técnico do serviço de engenharia do Município para julgamento dos documentos de Qualificação Técnica (item 7.5.6 do Edital).

Instados a se pronunciar acerca do mérito do recurso, os responsáveis pelo assessoramento técnico do processo licitatório encaminharam a Comunicação Interna nº 488/2021, anexada ao processo, manifestando-se no sentido da improcedência das alegações recursais. Extrai-se da manifestação técnica:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Prezado Presidente da Comissão de Licitação,

A documentação técnica solicitada no edital reza que:

"A licitante deverá possuir em seu quadro permanente (conforme declaração de indicação no item b), na data prevista para a entrega das propostas, profissional(is) de nível superior, o(s) qual(is) será(ão) o(s) RT(s) da obra (conforme alínea b), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico), devidamente registrado(s), na entidade profissional competente, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços similares de construção civil semelhantes ao objeto da licitação, que deverão estar, preferencialmente grifados, para melhor visualização quando da análise pela Comissão.

O edital é claro quanto às suas especificações a respeito do tipo de contenção, informada tanto nos projetos quanto planilha orçamentária, sobre contenção em cortina atirantada.

**A empresa SAEX apresentou explicações técnicas comparativas entre cortina atirantada x cortina de arrimo mista. Sendo que explana sobre montagem e atirantamento de vigas pré-moldadas em pontes e obras de fundação/infraestrutura de prédio com cortina de arrimo metálica. Ocorre que a empresa SAEX não atendeu a exigência de capacidade técnica relativa à execução de cortina atirantada, nem serviços similares à complexidade exigida. Nota-se que o atirantamento em questão é de peça não moldada in loco, onde foi realizado protensão das cordoalhas, e não atirantamento. A empresa argumenta também que a cortina de arrimo mista concreto/metálica tem-se a descrição dos perfis metálicos, onde chama de tirante, sendo que os perfis metálicos em questão funcionam como contrafortes.**

**Como pode-se ressaltar, as execuções de ambos métodos são diferentes. O atirantamento da cortina requer conhecimento técnico do solo, pois o serviço é executado inserindo-se os tirantes num bulbo com nata de cimento, sendo tensionado através de macaco hidráulico dentro do solo, sendo indispensáveis conhecimentos geotécnicos para tal. Já na protensão de cordoalhas são realizadas as inserções de peças numa extremidade e o tensionamento na outra, fora do solo.**

**A execução de cortina atirantada estende-se à versatilidade dos equipamentos empregados e à sua metodologia executiva, empregada em locais de difícil acesso com topografias acidentadas e em variados tipos de solo. Sua aplicabilidade estende-se além do conhecimento da engenharia de estruturas, mas também à engenharia geotécnica.**

Dessa forma, no procedimento licitatório devem ser obedecidos alguns princípios, dentre eles o formalismo e o princípio da isonomia, a fim de garantir a igualdade de oportunidades e consequentemente a igualdade na avaliação das propostas técnicas. As CATs com Atestados de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

*Capacidade Técnica do profissional apresentado não atendem às exigências editalícias. **Não existe semelhança entre as modalidades de atirantamento.***

*Não é democrático, fere o julgamento objetivo, a impessoalidade e a igualdade. Dessa forma, recebemos o recurso interposto, e negamos o provimento, consubstanciado na análise da área técnica, considerando os termos e fundamentos ora expostos, por não restar dúvida quanto à regularidade da sessão pública e observadas todas as formalidades dos princípios da isonomia, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo.*

*Certo do esclarecimento interposto, agradecemos.*

---

Ana Luiza Rezende  
Gerente de Habitação

---

Breno Augusto de Rezende  
Diretor de Serviços Públicos" (destacamos)

Conforme se depreende da reanálise realizada pelos representantes técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, Sra. Ana Luiza de Assis Rezende, CREA-MG 1417215712 e Sr. Breno Augusto de Rezende, CREA-MG 1409762904, responsável pelo assessoramento na análise da documentação técnica do certame, os atestados/CAT's não demonstram a experiência anterior do Responsável Técnico – RT indicado pela licitante relativamente à execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação, nos moldes exigidos no Edital.

Ainda de acordo com as conclusões técnica, não existe semelhança entre as modalidades de atirantamento descritas nos atestados/CAT's com aquela constante do objeto licitado.

Diante de todo o exposto, evidencia-se o não atendimento ao requisito de habilitação previsto no item 7.5.1, alínea 'd', do Edital.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO.** O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por não padecer de qualquer ilicitude a exigência editalícia, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação no tocante à decisão que inabilitou a recorrente.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 7.8.1, alíneas 'a' e 'b', do instrumento convocatório.

Ante o exposto, à mingua de fundamento apto a ensejar a reforma da decisão, deve ser mantida a Inabilitação da Recorrente.

#### IV. Considerações finais

Dispõe a Lei nº 8.666/93, em seu art. 48, §3º, *in verbis*:

**"Art. 48. (...)**

**§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis."**

A aplicação do prazo a que alude o art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93, pressupõe a preclusão do resultado do julgamento da fase de habilitação, e somente poderá ser objeto de deliberação oportunamente, após a decisão do recurso pela Autoridade Superior, nos termos do art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Comissão Permanente de Licitação

Destarte, inoportuna e intempestiva a manifestação da CPL acerca do tema específico, notadamente por se tratar de ato que extrapola a competência estabelecida no art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93, cuja função é de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, e não exercer juízo discricionário acerca da fixação de prazo que, eventualmente e nos termos da lei, “*poderá*” ser estabelecido pela Administração, por meio do órgão solicitante do certame.


#### V. Conclusão

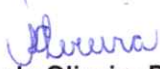
Diante de todo o exposto, a Comissão Permanente de Licitação resolve:


- a) **Conhecer** do recurso interposto por SAEX CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão que declarou a inabilitação da Recorrente.
- a) Em obediência ao disposto no art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 07 de outubro de 2021.

  
Alisson Dias Laureano  
Presidente da CPL

  
Douglas Rodrigues Henriques  
Membro CPL

  
Ana Flávia de Oliveira Pereira  
Membro CPL

  
Jussara Beatriz da Cunha  
Membro CPL

  
João Victor do Carmo Assis Ferreira  
Membro CPL (Suplente)